



MONITORANDO o JORNAL de ANGOLA, a TELEVISÃO PÚBLICA de ANGOLA e a TV ZIMBO

Capas e Contra-Capas do Jornal de Angola e Telejornais - Maio e Junho 2022

Luanda, Julho de 2022

Resumo

A presente pesquisa explora a questão do (1) cumprimento da legislação por parte dos órgãos monitorados, no que toca à imparcialidade e direito à oposição democrática, (2) a possível existência de uma agenda – não assumida, nas respectivas linhas editoriais - por detrás das decisões editoriais, (3) em que medida aqueles órgãos adoptam a actividade de marketing e propaganda em detrimento do jornalismo.

Foi utilizada uma metodologia muito simples e básica: a medição da área das matérias dedicadas a vários actores / temas, chave – no caso do Jornal de Angola – e a medição da duração das matérias transmitidas, dedicadas a cada uma daquelas categorias – no caso das televisões.

A análise dos dados mostra uma inequívoca parcialidade e falta de espaço para opiniões alternativas, para contraditório, portanto. A agenda seguida é muito clara e executada sem sofisticação: promover os actos do governo e do partido que o suporta, sem nuances nem contraditória, apesar de não ser essa a linha editorial expressa em nenhum dos órgãos analisados. A agenda referida é claramente de propaganda e marketing e raramente se adoptam abordagens que um jornalismo, imparcial e independente, exigiria. A presença do Executivo – suas acções, preocupações e ideias – ocupou no período de Maio e Junho de 2022, 68% da área de capa do Jornal de Angola, ocupando o MPLA 12 % dessa área. Na área do actores político-partidários, nacionais, a UNITA teve 1,2% daquela área. Nos noticiários da TPA e da TV Zimbo, a situação não é muito diferente: no período entre 10 de Maio e 30 de Junho de 2022, a TPA dedicou 59% do tempo ao Executivo e 12% ao MPLA; a Zimbo dedicou 48% ao Executivo e 6% ao MPLA. A UNITA teve cerca de 1,2% na TPA e 4,6% na Zimbo. E, do tempo dedicado pela Zimbo à UNITA uma parte considerável tem uma abordagem crítica ou negativa.

O desrespeito pela lei e a impunidade com que isso é feito é evidente e reconhecido pelo próprio órgão regulador, que demonstra assim a sua ineficácia.

Introdução e Antecedentes

Um dos pilares de qualquer democracia é a existência de uma comunicação social autónoma¹, plural e imparcial: comunicação social que retrate a realidade, dê espaço aos diferentes pontos de vista e actores e, por isso, sirva de campo de confronto de ideias e interesses.

A Constituição da República de Angola (CRA) é muito clara em estabelecer o quadro legal para se garantir o que se afirma acima (nosso sublinhado):

- No artigo 17º, ponto 4. “Os partidos políticos têm direito a igualdade de tratamento por parte das entidades que exercem o poder público, direito a um tratamento imparcial da imprensa pública e direito de oposição democrática, nos termos da Constituição e da lei.”;
- No artigo 44º “... 2. O Estado assegura o pluralismo de expressão e garante a diferença de propriedade e a diversidade editorial dos meios de comunicação.”

A Lei de Imprensa, em especial nos seus Artº 6º, 11º e 18º, define a necessidade de se ter uma imprensa ao serviço da verdade, do interesse público e trabalhando com isenção e independência.

Em Maio deste ano, o MC Mudei associou-se a outras organizações² num alerta sobre a “necessidade de uma comunicação social pública isenta e plural”, não por entender que a restante comunicação social não deva seguir os mesmos princípios, mas pelas obrigações especiais dos órgãos públicos – ou financiados pelo Estado - para com os cidadãos. Para além disso o nível de cobertura nacional e, por isso, o alcance que têm, dá a estes órgãos um poder, e uma responsabilidade, especiais e que deve ser escrutinado. Associamo-nos também ao apelo por um aumento da firmeza na monitoria, recolha de evidências e acção – inclusive legal – contra os desvios ao que está definido na lei. O presente trabalho tem como objecto de análise, o Jornal de Angola, o canal 1 da Televisão Pública de Angola, e a TV Zimbo e faz parte de um esforço mais vasto para combater a impunidade que tem persistido aos olhos de todos e que foi claramente expressa por Adelino de Almeida, Presidente do Conselho Directivo da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERCA), quando disse que “... se agisse no estrito rigor da lei, muitos órgãos já teriam encerrado” e que “muitas das deliberações da ERCA caem em saco roto”.³

Tendo em mente as definições legais acima, o MC Mudei está a conduzir trabalho de pesquisa, cuja metodologia e resultados são apresentados abaixo. Todos os dados recolhidos, e as análises sobre eles feitas estão acessíveis para revisão e verificação por quem estiver interessado.

Metodologia

Enquadramento

São geralmente aceites como parâmetros mínimos da actividade dos jornalistas: (1) a objetividade (em lugar das impressões e preferências de quem relata), (2) a relevância e utilidade pública, (3) a imparcialidade que implica a busca de pluralidade de fontes para que nenhuma corrente de pensamento seja ocultada ou mal representada. No entanto, “essa imparcialidade não significa a esterilização do jornalismo ou mesmo a retirada do debate público de motivações políticas, mas sim o compromisso com a diversidade e o equilíbrio dos pontos de

¹ No sentido de autonomia editorial, mesmo quando financeiramente dependente

² ADRA, MISA Angola, Mosaiko, OPSA e Sindicato dos Jornalistas de Angola

³ Novo Jornal, 1 de Julho de 2022

vista dentro da matéria.”⁴. Trata-se sim do escutar de diferentes perspectivas sobre os assuntos tratados, de forma equitativa e equilibrada.

Uma função do jornalismo nos regimes democráticos é fiscalizar os poderes públicos e privados e assegurar a transparência das relações políticas, económicas e sociais: daí a designação, por vezes utilizada, de quarto poder. Esta função, mesmo quando incómoda para quem governa, é de interesse público, e até dos próprios governantes⁵.

A propaganda envolve a utilização de um conjunto de técnicas, mais ou menos sofisticadas, para promover os interesses de alguns grupos, prejudicando outros. A parcialidade na imprensa, quando usada para fazer propaganda, prejudica a capacidade da população de formar opiniões informadas pelos factos e assentes na realidade, muitas vezes até em domínios do próprio interesse dessa população.

O marketing visa, tal como a propaganda, promover a imagem, os interesses e opiniões de um grupo restrito, mas normalmente isso é feito de forma assumida e transparente para a audiência. Não é rara a divulgação de matérias que se informa serem “patrocinadas”.

Uma linha divisória que separa o jornalismo, de um lado, do marketing e propaganda, do outro, é a clarificação dos interesses que estão a ser servidos. No jornalismo a comunicação está ao serviço do público / audiência com quem se comunica, no marketing e propaganda servem-se os interesses do cliente em nome de quem se está a comunicar.

Avaliar a qualidade do jornalismo pode basear-se nos seguintes critérios: (a) como é feita a descoberta da notícia, (b) como são examinados os factos, (c) como são interpretados os factos, (d) que estilo é usado para apresentar as matérias. No entanto, o nível de selectividade demonstrada na cobertura das matérias e a falta de sofisticação na prática de marketing e propaganda (na quase exclusividade do tempo dedicado e pela falta de contraditório) torna desnecessário a busca de formas encapotadas ou sofisticadas de violação dos princípios do jornalismo.

Questões de pesquisa

As quatro questões abaixo são o foco desta pesquisa

1. Em que medida o Jornal de Angola, os canais TPA I e TV Zimbo cumprem com a obrigação de dar “um tratamento imparcial” e com o “direito de oposição democrática”? Esta questão responde indirectamente à pergunta “em que medida respeitam a linha editorial que dizem adoptar?”.
2. Há razões para considerar existir uma agenda por detrás das decisões editoriais de cada um dos três órgãos monitorados?
3. Em que medida existem evidências da prática de propaganda e marketing em sacrifício da prática do jornalismo, naqueles órgãos?
4. Que linhas emergem da análise das capas e contra-capas do JA, e dos telejornais (das 20:00) da TPA I e TV Zimbo (nos meses de Maio e Junho de 2022)?

⁴ Valdir Silva (2020). <https://www.diariox.com.br/colunistas/post/a-imparcialidade-no-jornalismo/>

⁵ No sentido de que quem controla uma máquina tem todo o interesse que o painel de controlo acenda as devidas luzes vermelhas e alertas quando um problema surge no seu funcionamento

Âmbito da pesquisa feita

O trabalho aqui apresentado focalizou-se: 1) nas capas e contra-capas do Jornal de Angola e no período entre 1 de Maio a 30 de Junho de 2022 e; 2) nos telejornais da TPA e da TV Zimbo, no período entre 10 de Maio e 30 de Junho de 2022.

Sem prejuízo de se alargar futuramente o âmbito da pesquisa, seleccionaram-se as capas e contra-capas pelo alcance que têm (mesmo os não leitores do Jornal, acabam por ser alcançados pelas mensagens veiculadas por aqueles espaços) e por serem uma manifestação inequívoca da prioridade e realce dados pelos órgãos estudados – a sua verdadeira linha editorial.

Indicadores

Dois variáveis serviram de base à análise:

- “Espaço” ocupado pela matéria, medido em centímetros quadrados no jornal e em minutos e segundos na televisão. A medição da área foi feita com um erro não superior a 2 milímetros, considerando-se toda a área coberta pela matéria, incluindo títulos, fotos, e sombra de realce. No caso dos telejornais as medições foram feitas em minutos e segundos.
- O “actor / tema” realçado na matéria – agrupando-se sobre algumas designações objectos que são repetidamente tratados sendo que algumas das designações usadas na classificação foram:
 - Executivo – incluindo as referências ao Presidente da República, ministros, administrações e vários órgãos sob sua tutela;
 - Legislativo / Parlamento
 - Judiciário – Tribunal Constitucional e outros órgãos judiciais (embora mantendo a Provedoria de Justiça e a polícia sob a classificação de “Executivo”)
 - Siglas partidárias como MPLA, UNITA, APN, etc – como categorias independentes, cada vez que são mencionadas individualmente;
 - Partidos políticos – sempre que partidos são mencionados como grupo ou mais do que um é mencionado. No caso das televisões, sempre que os partidos só residualmente foram tratados – mesmo que individualmente - eles foram incluídos nesta classe.

Importante de referir que se alguém faleceu, mas a notícia é apresentada como “X lamenta a morte de Y”, considerou-se o foco da notícia como X. Aliás esta é uma prática recorrente como se irá demonstrar.

- Outras variáveis foram registadas como a data da divulgação, a sua localização (capa ou contra-capas do jornal, e espaço na grelha de programação, na televisão) e um breve resumo do conteúdo (frequentemente o título). Uma outra variável é gerada pelo cálculo da % da área dedicada à matéria, em relação à área total impressa, ou o a área / tempo total das notícias. A área impressa de cada página é de 1001 cm². No caso da capa, se for retirada a faixa de topo, dedicada ao título do jornal e da esquerda que inclui uma lista de conteúdos e algumas caixas de publicidade (que por vezes ocupa também uma faixa no fundo da página) ficamos com uma área dedicada a notícias entre os 588cm² e os 700 cm². No cálculo da % da área ocupada por cada matéria usou-se a área total impressa (o uso da soma das matérias, sem publicidade nem título, daria valores superiores)

A título de exemplo, na imagem abaixo, correspondente à edição do dia 1 de Julho de 2022, podemos observar o que foi medido no quadrado delimitado pela linha azul em que a matéria referida ocupou 313,5 cm² da capa, o que representa cerca de 31% da área impressa da capa mas cerca 57% da área de notícias).



No caso dos “Alto” e “Baixo” na última página, incluiu-se na medição o ícone e a imagem circular que aparece no topo de cada um (espaços que têm 4 cm de largura e uma altura que varia entre os 15,5 cm e os 18 cm).

Limitações

A análise cobre apenas dois meses e ignora o interior do Jornal de Angola, incluindo a secção de política e as, muito recentes, secções sobre o processo eleitoral e o “Especial - Novo País. Balanço de 5 anos”. No caso das televisões não se analisaram os restantes programas da grelha de programação. Em que medida o alargar da análise àqueles espaços vai esbater ou agravar as distorções constatadas é algo que iremos averiguar em trabalhos futuros.

As categorias poderiam eventualmente agregar-se em “Aparelho do Estado” (incluindo o Executivo, Legislativo e Judiciário) ou desagregado por Ministérios, ou outras designações. Algo que poderá ser explorado futuramente.

Consideramos que as limitações referidas não afectam significativamente os padrões detectados nesta pesquisa.

Foi feito um esforço para manter a consistência nas classificações, mas há casos onde o foco da notícia não é facilmente classificável entre as categorias referidas. O “outras” foi usado para estes casos.

Alguns dos dias monitorados na televisão, não cobriram, excepcionalmente, o total da emissão (no dia 31 de Maio, só 27 minutos do telejornal foram contabilizados). Considerou-se que isso só marginalmente poderá ter afectado os resultados a que se chegou.

Os dados

Tabela 1 - Dados recolhidos do Jornal de Angola

Item		Valor	Unidades
Nº de dias observados		61	Jornais
Área máx total medida por dia	Capa	907,8	cm ²
	Contra-capa	979,5	cm ²
Área mínima por dia	Capa	536,0	cm ²
	Contra-capa	702,7	cm ²
Área média coberta por matérias	Capa	622,1	cm ²
	Contra-capa	828,4	cm ²

Tabela 2 - Dados Recolhidos da TPA I e TV Zimbo

Item		Valor	Unidades
Nº de dias observados		89	Noticiários
Duração máx total medida por dia	TV Zimbo	01:28:22	hh:mm:ss
	TPA I	01:41:33	
Área mínima por dia	TV Zimbo	00:43:11	
	TPA I	00:27:46	
Área média coberta por matérias	TV Zimbo	00:55:34	
	TPA I	00:51:54	
Duração total da observação	TV Zimbo	37:02:30	
	TPA I	42:23:01	

Os valores acima referem-se aos totais medidos na página de um dia (somatório das várias áreas, medidas individualmente) e das durações totais dos noticiários de cada dia. O total da duração da observação foi de 42 horas da TPA e 37 horas da TV Zimbo. O valor máximo da capa, refere-se a 1 de Maio, que inclui medições da área de título do jornal, publicidade e a faixa à esquerda com um resumo do conteúdo do jornal. Nos restantes dias estas áreas não foram incluídas no cálculo.

As capas incluem entre 4 e 8 matérias que normalmente são um título com a referência à página onde a matéria é desenvolvida, várias vezes com uma foto e outras com uma mancha colorida para sobressair o texto. Ter apenas 4 matérias é raro (ocorreu no dia 20 de Junho) sendo em média 6 as matérias realçadas na capa.

Uma parte da matriz onde estão registados os dados é apresentada abaixo:

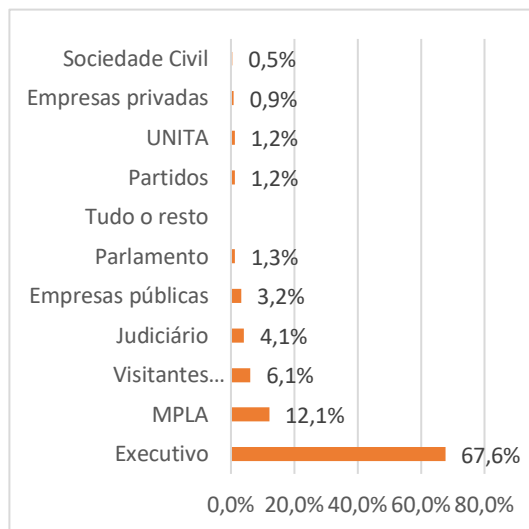
Data	Espaço (cm2)	% da página	Localização (página)	Foco / Objecto	Tema
2022 maio 1	68,25	6,82%	Capa	Publicidade	BIC, BNA, Estado
2022 maio 1	94,5	9,44%	Capa	Título Jornal	Título
2022 maio 1	84	8,39%	Capa	Índice	Vários
2022 maio 1	147	14,69%	Capa	Executivo	Aumento salário mínimo
2022 maio 1	315	31,47%	Capa	MPLA	Reprova narrativa de fraude eleitoral
2022 maio 1	30	3,00%	Capa	Visitantes estrangeiros	EUA doa vacinas
2022 maio 1	38,25	3,82%	Capa	UNITA e CASA-CE	Participação responsável nas eleições
2022 maio 1	46,75	4,67%	Capa	MPLA	Marcha dos médicos do M
2022 maio 1	84	8,39%	Capa	Artista	Kiezos e Jovens do Prenda no Muzongué
2022 maio 1	82	8,19%	Contra-capa	Publicidade	TVCabo
2022 maio 1	20	2,00%	Contra-capa	Título Jornal	Título
2022 maio 1	360	35,96%	Contra-capa	MPLA	Marcha dos médicos do M

Outros campos, sobre a personalidade que é o centro da notícia, no caso de existir uma, e outros campos, não foram incluídos acima por não terem sido usados na análise.

Futuras análises poderão vir a incluir outros aspectos.

Os focos de realce no período e os dez mais referidos são apresentados abaixo:

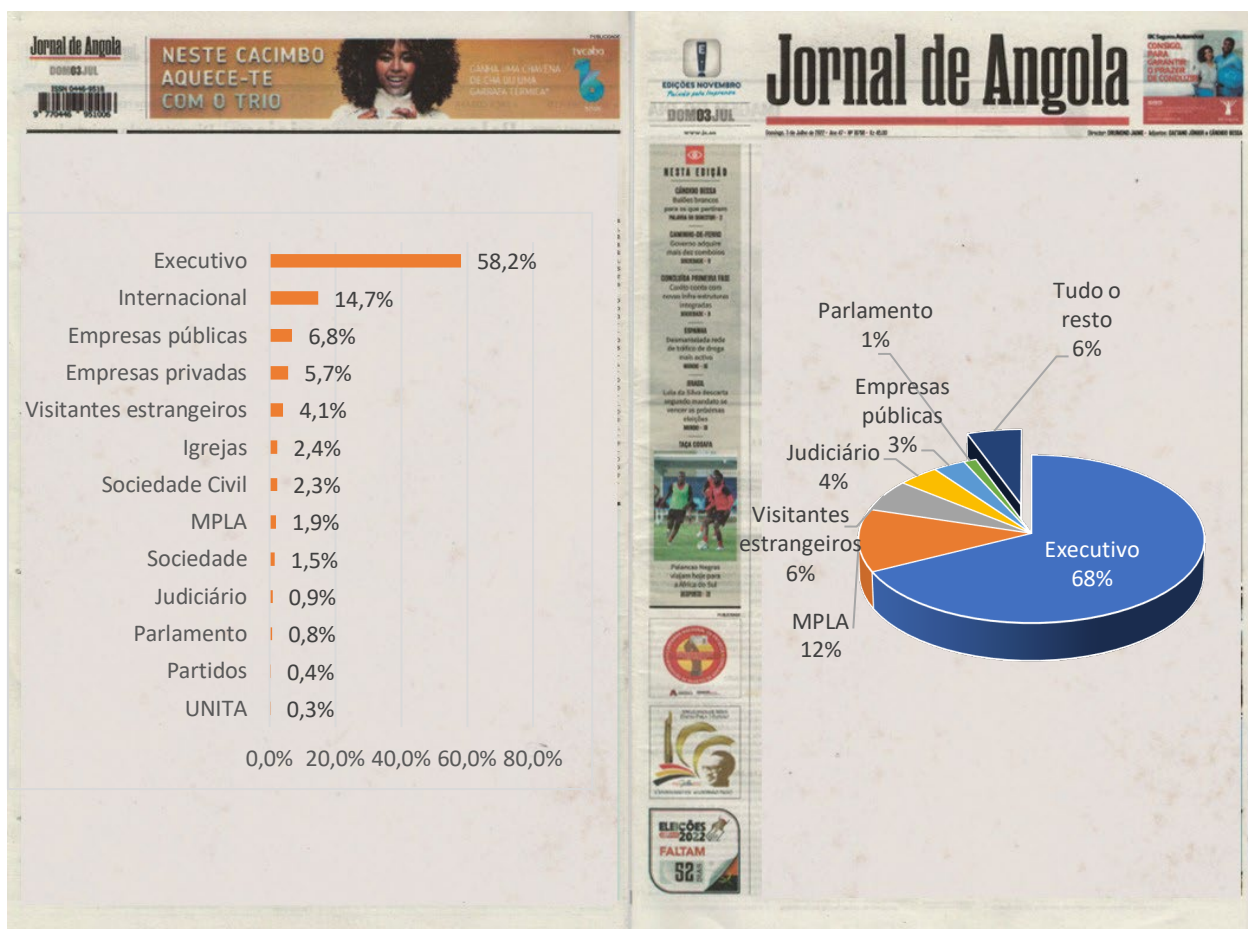
Ordem	Foco / Objecto	Capa	%	Contra-Capa	%
1ª	Executivo	22 910,88	67,6%	23 839,75	58,2%
2ª	MPLA	4 104,40	12,1%	790,45	1,9%
3ª	Visitantes estrangeiros	2 069,69	6,1%	1 687,80	4,1%
4ª	Judiciário	1 398,75	4,1%	377,52	0,9%
5ª	Empresas públicas	1 096,96	3,2%	2 798,08	6,8%
6ª	Parlamento	428,75	1,3%	322,77	0,8%
7ª	Partidos	414,00	1,2%	151,30	0,4%
8ª	UNITA	395,37	1,2%	137,70	0,3%
9ª	Empresas privadas	312,15	0,9%	2 328,50	5,7%
10ª	Sociedade Civil	171,70	0,5%	922,85	2,3%
	Sociedade	140,05	0,4%	621,60	1,5%
	APN	99,20	0,3%		0,0%
	CASA-CE	77,26	0,2%		0,0%
	Igrejas	56,42	0,2%	966,19	2,4%
	PRS e FNLA	52,70	0,2%		0,0%
	Humanista	48,10	0,1%		0,0%
	UNITA e CASA-CE	38,25	0,1%		0,0%
	PRS	28,00	0,1%		0,0%
	Internacional	23,65	0,1%	6 037,89	14,7%
	FNLA	20,00	0,1%		0,0%
		33 886,28		40 982,40	



As percentagens são aqui calculadas em relação ao somatório da área de todas as matérias medidas e não da área impressa (que inclui por vezes publicidade e outros objectos). Se somarmos as matérias sobre actores estatais, empresas públicas e MPLA, chegamos ao valor de 88,4%. Interessa notar que, como se pode ver da lista abaixo, muitas das matérias que classificámos como foco em “visitantes estrangeiros” têm uma relação com o executivo – por ser elogiado, ter convidado, ou algo do género.

Data	Espaço (cm2)	% da página	calização (página)	Foco / Objecto	Tema
2022 maio 1	30	3,00%	Capa	Visitantes estran	EUA doa vacinas
2022 maio 3	16	1,60%	Capa	Visitantes estran	Grupo alemão pretende investir 5 milhões
2022 maio 6	287,7	28,74%	Capa	Visitantes estran	Sec Estado EUA louva combate à corrupção
2022 maio 6	18	1,80%	Capa	Visitantes estran	Pais recebe 25 milhões US\$ para CoViD
2022 maio 9	415,8	41,54%	Capa	Visitantes estran	Presidente de S.Tomé discursa no Parlamento
2022 maio 9	30	3,00%	Capa	Visitantes estran	Presidente da AG da ONU aguardado em Luanda
2022 maio 11	85	8,49%	Capa	Visitantes estran	Presidente de S.Tomé impressionado com projectos
2022 maio 11	34,29	3,43%	Capa	Visitantes estran	Pres da AG da ONU chega hoje a Angola
2022 maio 12	214,5	21,43%	Capa	Visitantes estran	Pr de STomé termina visita (foto com o nosso PR)
2022 maio 12	48,75	4,87%	Capa	Visitantes estran	Presidente AG ONU constata combate à desertificação
2022 maio 13	252	25,17%	Capa	Visitantes estran	Elogiado pela ONU o papel de Angola na paz
2022 maio 14	61,75	6,17%	Capa	Visitantes estran	Presidente AG ONU elogia canal Cafu
2022 maio 24	58,5	5,84%	Capa	Visitantes estran	A convite de JLo vem a Angola o presidente do Senegal
2022 maio 25	52,5	5,24%	Capa	Visitantes estran	PR encontra presidente senegalês
2022 maio 29	57	5,69%	Capa	Visitantes estran	EAU lideram investimento estrangeiro em Angola
2022 junho 10	34,4	3,44%	Capa	Visitantes estran	Dia de Camões - Portugal destaca cooperação no sector agro-alimentar
2022 junho 22	60	5,99%	Capa	Visitantes estran	Especialistas em branqueamento de capitais chegam a Angola
2022 junho 29	313,5	31,32%	Capa	Visitantes estran	Agência Internacional de Energia Atómica vai apoiar Angola (cancro)

Na página abaixo, apresenta-se de forma gráfica e sintética as principais constatações retiradas dos dados e discutidas a seguir.



Distribuição da Duração Cumulativa dos Vários Focos de Notícia			
Foco / Objecto	Jornal da Zimbo	TPA	Total geral
Agostinho Neto	00:07:19		00:07:19
José Eduardo dos Santos	00:11:53	00:00:56	00:12:49
Visitas Estrangeiras	00:06:18	00:17:05	00:23:23
Artes	00:13:04	00:14:05	00:27:09
Igrejas	00:09:31	00:24:22	00:33:53
CASA-CE	00:23:41	00:10:27	00:34:08
Academia	00:24:15	00:10:04	00:34:19
Sociedade Civil	00:25:43	00:14:49	00:40:32
Empresas públicas	00:20:48	00:20:32	00:41:20
Organizações Internacionais	00:42:27	00:29:30	01:11:57
Partidos políticos	00:30:26	00:48:51	01:19:17
Judiciário	00:44:57	00:39:29	01:24:26
Legislativo	00:11:36	01:18:33	01:30:09
Internacional	00:33:15	01:02:50	01:36:05
Empresas privadas	01:11:22	00:58:03	02:09:25
UNITA	01:42:40	00:30:34	02:13:14
Desporto	01:33:14	01:08:17	02:41:31
Sociedade	00:40:21	02:17:24	02:57:45
Outros	01:41:38	01:45:45	03:27:23
Intervalo	05:27:40		05:27:40
MPLA	02:05:54	05:08:00	07:13:54
Executivo	17:34:28	24:23:25	41:57:53



Das 42 horas e 23 minutos de observação na TPA e 37 horas de observação da TV Zimbo, os tempos distribuíram-se como se apresentam na tabela e gráficos acima.

Foco / Objecto	Jornal da Zimbo	TPA
José Eduardo dos Santos	00:04:13	00:00:56
CASA-CE	00:08:23	00:02:19
Igrejas	00:03:15	00:03:00
Sociedade Civil	00:03:54	00:03:00
Visitas Estrangeiras	00:03:39	00:05:00
Organizações Internacionais	00:06:17	00:05:00
UNITA	00:14:16	00:05:19
Academia	00:10:18	00:05:20
Outros	00:04:54	00:06:00
Desporto	00:07:15	00:06:11
Empresas privadas	00:07:29	00:07:00
Empresas públicas	00:05:45	00:07:02
Artes	00:03:32	00:08:05
Partidos políticos	00:09:27	00:08:07
Internacional	00:04:03	00:09:06
Judiciário	00:06:41	00:09:12
Sociedade	00:05:39	00:10:04
MPLA	00:08:51	00:16:38
Executivo	00:37:00	00:18:07
Legislativo	00:06:45	00:19:58

A tabela à esquerda mostra as peças mais longas, por categoria:

- na TPA o recordistas são o Legislativo e o Executivo com peças de cerca de 18 minutos cada, e o MPLA, a seguir com 16 minutos. Para a UNITA a peça mais longa registada foi de 5 minutos e pouco;
- na Zimbo temos como recordistas o Executivo com uma peça de 37 minutos, seguido pela UNITA com uma peça de 14 minutos (1). Importa referir que este recorde da UNITA, no dia 22 de Maio, foi de um programa dedicado a caracterizar um populista, sem haver qualquer

discurso de Adalberto da Costa Júnior como contraditório em relação a essa perspectiva.

Constatações

1. Os órgãos analisados dedicam-se essencialmente a realçar as acções, os planos e as preocupações do executivo, tal como definido acima. No caso do Jornal de Angola nas capas o executivo é o objecto de 209 peças (no período 1 de Maio a 30 de Junho de 2022) e o MPLA de 19. Nas capas do JA, em termos de área impressa cumulativa o executivo ocupa, 67,7% da área de notícias e o MPLA ocupa 12% daquela área. Comparativamente, a UNITA é mencionada em 7 capas (uma das vezes numa matéria que menciona também a CASA-CE) e ocupa 1,3% da área impressa. As notícias referentes ao executivo e ao MPLA, nas capas e nos noticiários envolvem frequentemente o Presidente da República (por vezes nas vestes de presidente do MPLA);

A prática constatada, e referida neste ponto, concretiza-se de várias formas: (a) viagens, visitas, investimentos, que seriam notícias normais; (b) colocar o foco da notícia - por exemplo o falecimento ou a saúde de alguém - na preocupação, ou acção do Presidente da República (alimentando o culto de personalidade, que já vimos criticado pela actual administração)⁶ e (c) os elogios por terceiros, geralmente líderes de outros países ou organizações internacionais;

2. A comparação do espaço dedicado aos diferentes partidos políticos é de uma desigualdade evidente não apenas no número de vezes que têm direito a espaço nos noticiários, nas capas ou nas contra-capas, como na área ocupada naqueles espaços. Alguns dos mecanismos referidos no ponto anterior são usados regularmente⁷. Os recordes no período são: as matérias sobre as recepções pelo Presidente do representante da ONU, com 43% da área impressa (3 de Maio), e o anúncio pelo Presidente do MPLA da criação de 460 mil empregos (também com 43% do espaço ocupado, no dia 15 de Maio);
3. O direito a “oposição democrática”, referido na legislação, é algo completamente ignorado pelo Jornal de Angola, TPA e TV Zimbo. Em relação a qualquer das peças publicadas e classificadas em categorias cobertas pelos pontos anteriores não há contraditório ou publicação de perspectivas divergentes – os debates da Zimbo apresentam dois comentaristas com nuances nas críticas que têm a fazer à oposição. Pelo contrário, neste período, o recorde da área de capa dedicada à UNITA foi de 10% da área impressa, na capa do dia 22 de Junho, onde a notícia foram os protestos que “marcaram a entrega de candidaturas” ao Tribunal Constitucional. Na Zimbo houve um recorde de atenção à UNITA, mas, seguindo o mesmo padrão, descredibilizando o discurso do seu líder, como um discurso populista;
4. As linhas que são promovidas pelo Jornal de Angola, TPA e TV Zimbo, sem contraditório ou discussão, na sua capa (e, de alguma forma, também na contra capa) e nos telejornais / horário nobre, são:

⁶ Em relação à situação de saúde do ex-presidente as notícias são “PR preocupado com estado de saúde de ex-presidente” ou “PR volta a falar com ex-primeira dama” ou, ainda “Executivo, suporta as despesas de ex-presidente”

⁷ Aquando do falecimento de Dario de Melo a notícia no Jornal de Angola, foi: “MPLA lamenta a morte de Dario de Melo”

- a. O executivo tem agido, investido e planificado para melhorar o bem-estar e o desenvolvimento nacional;
- b. O Presidente da República é peça central de tudo (até dos problemas de saúde do seu antecessor) e não comete erros;
- c. Os líderes internacionais admiram a papel do nosso executivo e elogiam o seu desempenho e papel em vários domínios como a economia, a promoção da paz e o combate à corrupção;
- d. A economia é próspera e gera constantemente novos empregos.

Conclusões e sua discussão

A parcialidade gritante apresentada acima, e a falta de sofisticação com que é praticada, tornam desnecessário buscar de mensagens subliminares no uso de cores, fotografias ou outros. A abordagem que é seguida pressupõe uma infantilização do público destinatário do Jornal de Angola.

1. Há uma agenda clara de promoção:
 - a. Do culto de personalidade em torno do actual Presidente da República (tal como se fazia em torno do anterior);
 - b. De uma imagem positiva do governo;
 - c. De uma imagem igualmente positiva do MPLA e
 - d. Do esbater da diferença entre Estado e partido que o apoia.

Na concretização da agenda acima os órgãos analisados desenvolvem uma acção que se pode enquadrar no *marketing político* (não assumido) e da propaganda, afastando-se claramente dos princípios básicos do jornalismo e do que está legislado.

A título de exemplos ilustrativos da existência de uma agenda (que não é de informar os leitores, nem dar espaço a opiniões divergentes) que envolve omissão ou distorção temos:

- No dia 1 de Maio, onde se homenageia as lutas trabalhistas, não houve espaço para os trabalhadores da saúde, em greve, mas na contra-capa há uma matéria sobre os louvores aos progressos na saúde, por parte dos médicos membros do MPLA;
- No dia 27 de Maio, data importante para a história do país, pelo impacto dos acontecimentos daquele dia sobre muitos angolanos, algo que é já reconhecido pelo executivo, não há nenhuma referência no JA à data e ao ocorrido;
- Nesse mesmo dia, em Caculo Cabaça, na sequência de protestos de trabalhadores, alegadamente tendo envolvido violência por estes, foram feitos disparos e mortos três trabalhadores (segundo a Rádio Nacional). O Jornal de Angola ignorou o assunto e só muito tempo depois trata a matéria – com enfoque no acordo, e no papel do Ministro da Energia e Águas nesse acordo;
- Os problemas na morgue do Hospital Central, a paralisação de dezenas de ambulâncias por falta de verbas, o desemprego que aflige tantos angolanos, a fuga à paternidade por muitos militares e policiais, conferências e congressos realizados por cidadãos e com considerável mobilização, são sistematicamente ocultados ou ignorados;

- Os problemas – vários deles fora da responsabilidade do Executivo – que resultam em desemprego, falência de empresas, crescimento do sector informal, são sistematicamente ocultados;
 - As opiniões divergentes, que poderão até estar erradas, sobre as opções do Executivo – por exemplo, em relação à construção de refinarias – são omitidas;
 - As iniciativas da Academia e da Sociedade Civil, que não sejam da iniciativa do Executivo, como, por exemplo, o designado “Congresso da Nação”, em finais de Maio e a conferência sobre “Processos de Democratização e Desenvolvimento em Angola”⁸ são ignoradas, num aparente esforço de as esconder do público.
2. O nível de parcialidade praticada de forma consistente pelos órgãos analisados, e o seu aparente alinhamento, pode ser explicado pela acção conjunta de vários factores:
- a. Orientação das direcções respectivas;
 - b. Passividade do regulador;
 - c. Complacência das autoridades, assumindo que não dão orientações para as práticas condenáveis referidas;

O paralelo na distorção comum aos três órgãos sugere fortemente a existência de orientações “superiores”, externas a cada um deles. A parcialidade constatada dificilmente poderá ser explicada apenas por debilidades imputáveis aos profissionais (seja por falta de conhecimento destes do que são os mínimos éticos e deontológicos da sua profissão, seja por excesso de zelo)⁹. Se não agem por orientação dos seus superiores hierárquicos é incompreensível a falta de acção correctora por quem tem poder e obrigação de zelar pela qualidade da actividade desempenhada nestes órgãos.

3. A persistência no desvio do que está legislado é gritante e é encorajada pela impunidade com o cometer de ilegalidades. As direcções dos órgãos devem por isso ser responsabilizadas, mas a acção assumidamente tibia e ineficaz da ERCA não pode também ser ignorada.
4. A acção dos órgãos analisados pode ser facilmente classificada como de *marketing* ou de propaganda do executivo e do MPLA, não cumprindo os princípios mais básicos do jornalismo nem respeitando minimamente as suas próprias linhas editoriais.
5. Na discussão sobre a promiscuidade no uso de meios e recursos do Estado em actividades partidárias há quem se centre no uso de viaturas e outros meios materiais. O uso de instituições por interesses partidários, como aqui se demonstra, causa um terrível dano ao país e, a prazo, ao próprio partido que a pratica.
6. O Jornal de Angola, na sua versão *online*, cria a ilusão de permitir a colocação de reacções dos leitores. Na realidade, apesar de aparecer no fim de cada publicação o espaço para comentários, o pedido de cadastramento é o único passo que aquele mecanismo permite, impedindo os leitores de reagirem às matérias publicadas.

⁸ Iniciativa das Universidades Eduardo Mondlane, Universidade Católica e do Instituto Universitário de Lisboa

⁹ Interessante o uso desta expressão (Rui Falcão Pinto de Andrade à VoA, a 14 de Junho de 2022) pois só assumindo que o trabalho destes órgãos é de propaganda e marketing é que se pode chamar de “excesso de zelo” a tão gritante parcialidade. Excesso de zelo de um jornalista seria ouvir demasiadas fontes e opiniões contrárias.